

Superior Tribunal de Justiça

RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.154.602 - SP (2017/0206205-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : LUIS KIYOSHI YAMASHIRO
RECORRENTE : MARIZA MITIE SHIMABUKURO YAMASHIRO
ADVOGADOS : ROSEMARY LOTURCO TASOKO - SP223194
TOSHINOBU TASOKO - SP314181
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. ART. 5º, INCISO XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ÓBICE PROCESSUAL INTRANSPONÍVEL. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 895/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por LUIS KIYOSHI YAMASHIRO e OUTRA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 234):

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SUFICIÊNCIA. AGRADO NÃO PROVIDO.

1. Não se configura violação aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

2. Agravo interno não provido.

Os embargos declaratórios opostos na sequência foram rejeitados (fls. 259).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 268/278), sustenta a parte recorrente, em síntese, a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido

Superior Tribunal de Justiça

viola o disposto nos artigos 5º, inciso XXXV e, 93, inciso IX, ambos da Constituição Federal. Alega que o acórdão recorrido não emitiu “*carga decisória em relação às omissões apontadas nos embargos de declaração opostos, que apresentam pontos fundamentais para o deslinde da controvérsia. Trata-se, no caso, de pedido de revelia do Banco do Brasil, ora recorrido, vez que, citado, não apresentou contestação e [da] possibilidade [de] aplicar o princípio da fungibilidade para receber a medida cautelar como ação ordinária com pedido de tutela antecipada.*”

Não foram apresentadas contrarrazões (fls. 282).

É o relatório.

Decido.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (**Tema 339/STF**).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do STF, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo interno no agravo em recurso especial, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto:

Não merece provimento o agravo interno.

Como bem resolvido na decisão monocrática, não se verifica a alegada violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia acerca da falta de interesse de agir dos autores, visto que a ação cautelar não é adequada para apurar a aplicação dos juros em contrato de financiamento de

Superior Tribunal de Justiça

imóvel com alienação fiduciária em garantia. É o que se verifica, *in verbis*:

"Trata-se de ação cautelar na qual os autores pleitearam a aplicação dos juros avençados em contrato de financiamento de imóvel com alienação fiduciária em garantia.

Alegaram que foi avençada a taxa de 9,40% ao ano, sendo, todavia, aplicada taxa de 9,75% ao ano.

O juízo de 1º grau extinguiu o feito sem resolução do mérito ante a inexistência do interesse de agir, visto que a ação cautelar não é adequada para apurar o mérito da questão.

Reconheceu, ainda, que o requisito do *fumus boni iuris* não foi demonstrado pelos autores.

Ocorre que os autores alegaram a celebração de suposta avença entre as partes, sendo aprovada a taxa de juros de 9,40% ao ano, demonstrada por documento de folha 91.

Todavia, tal documento se trata de um e-mail supostamente recebido, não se sabe por quem, de um possível atendente do apelado. Inexiste qualquer certificação da veracidade desta mensagem eletrônica.

Por esta razão, observa-se que o requisito do *fumus boni iuris* não está presente nesta ação cautelar. Ademais, segundo o próprio juízo *a quo* mencionou, o contrato de financiamento apresenta a taxa de juros de 9,75% ao ano (folha 18).

Além do mais, nota-se que os autores pleitearam a redução do percentual das taxas de juros contratadas em sede de ação cautelar. Tal fato mostra que a estreita via escolhida pelos apelantes é inadequada.

Os autores deveriam intentar ação de conhecimento para apurar o valor das taxas de juros, visto que assim se respeita o contraditório e a ampla defesa do apelado.

Aliás, a cognição judicial é maior, possibilitando a dilação probatória para que os autores possam comprovar a ocorrência de efetiva contratação de juros a 9,40% ao ano.

Nesse passo, a extinção do processo sem extinção do mérito com fundamento no antigo artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil de 1973, é medida que se impõe, ante a ausência de condição da ação, qual seja o interesse de agir."

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte, conforme os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe de 29/3/2010; AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. CELSO LIMONGI (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

O entendimento deste Sodalício, outrossim, firmou-se no sentido de que "Não há violação do art. 489 do CPC/15 (art. 458 do antigo CPC) quando, rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame é devidamente enfrentada pelo Tribunal a quo, que emitiu pronunciamento

Superior Tribunal de Justiça

de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente" (AgInt no AREsp 1.068.255/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 3/8/2017, DJe de 9/8/2017).

(...)

Pelo exposto, nega-se provimento ao agravo interno.

É como voto.

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Em relação à suposta violação do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, no julgamento do RE 956.302/GO, também sob o regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal acolheu a tese de que "a questão da ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição, **quando há óbice processual intransponível ao exame de mérito**, ofensa indireta à Constituição ou análise de matéria fática, tem natureza infraconstitucional, e a ela se atribuem os efeitos da ausência de repercussão geral" (**Tema 895/STF**).

Confira-se, por oportuno, a ementa do julgado:

PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ÓBICES PROCESSUAIS INTRANSPONÍVEIS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL. MATÉRIA FÁTICA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. Não há repercussão geral quando a controvérsia refere-se à alegação de ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição, nas hipóteses em que se verificaram óbices intransponíveis à entrega da prestação jurisdicional de mérito. (RE 956.302/GO RG, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, julgado em 19/05/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-124 DIVULG 15-06-2016 PUBLIC 16-06-2016)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira e segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário**.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente